



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

#### **Recurso de Agravo em Apelação Cível nº278202-1**

**Agravante:** Município da Vitória de Santo Antão -PE

**Procurador:** Fábio Arraes de Lima

**Agravado(s):** Jaciara Severina Gomes

**Advogado:** Aristides Joaquim Félix Júnior

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTRATO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS REALIZADOS INDEVIDAMENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA NA QUALIDADE DE EXECUTOR DOS DESCONTOS. VERBAS SALARIAIS ATRASADAS. ÔNUS DA PROVA DOS FATOS MODIFICATIVOS, EXTINTIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO É DO RÉU, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DO ADIMPLEMENTO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Não merece prosperar o argumento de ilegitimidade passiva, pois conforme apontam as fichas financeiras que instruem os autos, a fazenda municipal realizou os descontos afirmados na exordial em favor da autarquia previdenciária local. Ou seja, o município é parte legítima na qualidade de executor dos descontos.

2 - Quanto à condenação ao pagamento das verbas trabalhistas, não há que se falar em natureza indenizatória, conforme pretendeu induzir o município recorrente, pois estas são verbas salariais devidas como contraprestação dos trabalhos realizados.

3- Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de seus funcionários, em evidente enriquecimento ilícito

4- Recurso de Agravo improvido.

5- Decisão unânime.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PUBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 278202-1, em que figura como agravante o Município da Vitória de Santo Antão -PE e como agravada Jaciara Severina Gomes.

Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 25/04/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar-lhe provimento, tudo na conformidade dos Votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 25/04/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 278202-1**

**Agravante:** Município da Vitória de Santo Antão -PE

**Procurador:** Fábio Arraes de Lima

**Agravado(s):** Jaciara Severina Gomes

**Advogado:** Aristides Joaquim Félix Júnior

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, que, com base no art. 557, §1º-A do CPC, reconheceu o provimento parcial do apelo tão somente para modificar o termo *a quo* dos juros, incidentes sobre a restituição dos descontos previdenciários, nos termos da Súmula 188 do STJ, mantendo-se no mais a sentença que condenou o município no pagamento das verbas salariais atrasadas, bem ainda na restituição dos descontos previdenciários realizados indevidamente.

O Município sustentou, preliminarmente, a ilegitimidade passiva, bem ainda que o recorrido não faz *jus* à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal nº 2.861/01, a qual regulamenta os contratos temporários.

Requer ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 2ª Câmara de Direito Público dessa Corte de Justiça.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara.

É o relatório.

Recife, 25/04/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PUBLICO**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº278202-1**

**Agravante:** Município da Vitória de Santo Antão -PE

**Procurador:** Fábio Arraes de Lima

**Agravado(s):** Jaciara Severina Gomes

**Advogado:** Aristides Joaquim Félix Júnior

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Trata-se, como visto, de recurso de agravo, em que o Recorrente se insurge contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, que, com base no art. 557, §1º-A do CPC, reconheceu o provimento parcial do apelo tão somente para modificar o termo *a quo* dos juros, incidentes sobre a restituição dos descontos previdenciários, nos termos da Súmula 188 do STJ, mantendo-se no mais a sentença que condenou o município no pagamento das verbas salariais atrasadas, bem ainda na restituição dos descontos previdenciários realizados indevidamente.

Em que pesem os argumentos jurídicos declinados nas razões recursais, entendo que não merece prosperar a tese trazida pela Recorrente, senão vejamos.

Observe, de início, que não merece prosperar o argumento de ilegitimidade passiva, pois conforme apontam as fichas financeiras que instruem os autos, a fazenda municipal realizou os descontos afirmados na exordial em favor da autarquia previdenciária local. Ou seja, o município é parte legítima na qualidade de executor dos descontos.

É imperioso destacar que a Lei Municipal, que rege os contratos temporários, atribui ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) a competência para o recolhimento das contribuições previdenciárias dos funcionários contratados sob este regime, restando evidente, portanto, a ilegitimidade dos descontos em prol do VITORIAPREV.

Quanto à condenação ao pagamento das verbas salariais atrasadas, tenho que não merece reforma o comando sentencial, não havendo que se falar em verbas indenizatórias, conforme pretendeu induzir o município apelante, pois estas são verbas salariais devidas como contraprestação dos trabalhos realizados.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus funcionários, em evidente enriquecimento ilícito.

Trata-se de verba alimentar cuja satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público.

Neste contexto, cabia ao município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.

A orientação da jurisprudência desta Corte de Justiça está há muito firmada neste sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MUNICIPAL REQUERENDO VERBAS IMPAGAS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. APELAÇÃO. MUNICÍPIO NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. UNANIMEMENTE FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMAR IN TOTUM A SENTENÇA. HONORÁRIOS EM 10% (DEZ POR CENTO). 1 - **Servidor público municipal que exerce cargo de motorista, requerendo verbas salariais impagas pela prefeitura, no período de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1996, mais o 13º salários do mesmo ano.** 2 - **A Municipalidade tem toda a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovem suas alegações, contudo, nenhum documento hábil a atestar a veracidade dos fatos relatados foi colacionado ao processo;** 4 - Por unanimidade, deu-se provimento ao Recurso de apelação, no sentido de reformar totalmente a sentença, para que sejam pagas as verbas salariais referentes aos meses de setembro a dezembro de 1996, incluído o 13º salário, bem como custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) obedecendo o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC, tudo, com suas correções legais (AC 152793-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 16/09/2008). (Grifel).

AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. DÉCIMO-TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.



178  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PUBLICO**

**DECISÃO UNÂNIME.1. O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional.2. Evidenciada, in casu, a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Panelas ao pagamento dos vencimentos do autor/recorrido, referente aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 1996 e do respectivo 13º salário, juntamente com as férias e a última parcela do 13º salário referentes ao ano de 1998, uma vez que o recebimento das aludidas verbas remuneratórias devidas em razão do trabalho prestado pela autor/recorrido à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior. Precedentes neste Tribunal.3. Recurso de Agravo a que se nega provimento.4 .Decisão unânime (RA 135620-3/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 12/02/2008). (Grifei).**

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. 13º SALÁRIO E FÉRIAS. INDENIZAÇÃO POR ANO DE SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE. MORA CONFIGURADA. APELO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1.É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente. 2.O pagamento de indenização por ano de serviço prestado a servidor destituído de cargo comissionado é incompatível com o art. 37, II, da CF. 3.Não tendo realizado prova contrária do alegado patente se faz a mora por parte do Município apelante. 4.Apelo improvido. 5.Decisão unânime (AC 156831-6, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 08/05/2008) - (Grifei).**

Tal entendimento, por decorrência lógica, aplica-se também aos servidores ocupantes de cargos em comissão e, guardadas as devidas proporções, aos trabalhadores com vínculo de emprego com a administração pública.

Diante do exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, para manter incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É o voto.

Recife, 25/04/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**